

1º grupo do Ensino Secundário: o passado recente, o presente e o futuro

Paulo Abrantes

O 1º grupo do Ensino Secundário é um grupo carenciado como... outros. Mas num aspecto, distingue-se de todos os outros: tem as maiores percentagens de professores sem habilitação própria e de professores sem habilitação académica de nível superior.

A situação pouco tem evoluído na última década e não se vislumbra qualquer solução se não repensarmos quem pode ser professor de Matemática e que formação deve ter.

A escassez de professores de Matemática qualificados no Ensino Secundário é uma evidência. E o pior é que as previsões para o futuro próximo não são optimistas. Um estudo oficial recente prevê, para o ano 2000, um "déficit" de perto de 3000 professores de Matemática para o 3º ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário, ou seja, no que corresponde ao actual 1º grupo do Ensino Secundário.

As medidas a tomar para fazer face a esta situação constituem um problema difícil mas que é necessário enfrentar. E para o fazer convirá começar por analisar

a situação actual e a evolução registada nos últimos tempos.

1. Esboço da situação actual

Mais do que repetir que o 1º grupo é carenciado, importa caracterizar a situação de acordo com vários critérios e ver qual é a extensão do problema e as suas especificidades.

1.1. Comparação entre o Ensino Preparatório e o Ensino Secundário

Segundo dados relativos a 1988/89:

Quadro 1. Preparatório vs. Secundário	Profissionali- zados		Eventuais c/ habil. própria		Eventuais s/ habil. própria		Total Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Ensino Preparatório							
4º Grupo	3601	61.0	1900	32.2	404	6.8	5905
Todos os grupos	15837	58.0	8485	31.1	2961	10.9	27283
Ensino Secundário							
1º Grupo	2788	50.8	1056	19.2	1645	30.0	5489
Todos os grupos	24456	49.9	17386	35.4	7189	14.7	49031

[Fonte: GEP, 1989]

Estes números mostram que, no Ensino Preparatório (em relação ao Secundário), é mais elevada não só a percentagem de professores profissionalizados (61% contra 50.8%) mas também a dos eventuais com habilitação própria (32.2% contra 19.2%). Por outras palavras:

- no Preparatório apenas 6.8% dos professores não tem habilitação própria para o 4º grupo (e mesmo desses alguns leccionarão apenas Ciências da Natureza) — situação melhor do que a média de todos os grupos neste nível;

- no Secundário, embora a percentagem de profissionalizados seja próxima

da média geral (cerca de 50%), os professores que leccionam Matemática sem habilitação própria representam 30% (quase um terço) do total — situação muito pior do que a média neste nível.

1.2. Comparação entre o 1º e os restantes grupos no Secundário

De acordo com dados ainda referentes a 1988/89, verifica-se que o 1º grupo apresenta, em relação ao conjunto dos grupos do Ensino Secundário, uma percentagem de professores profissionalizados próxima da média geral (cerca de

50% como se viu atrás) — situação melhor do que, por exemplo, a dos grupos 5º, 7º, 8ºA ou 11ºA.

No entanto, a percentagem de professores do 1º grupo que não têm habilitação própria é, de longe (se exceptuarmos o caso da Música em que o número total de professores em todo o país era de 16), a maior de todas: 30%. Em consequência, a percentagem de professores eventuais com habilitação própria é muito baixa (19.2%), valor apenas superior (continuando a exceptuar a Música que tinha 4 professores nestas condições) ao do 11ºB. Mas, neste grupo, a razão é outra: é aquele que tem a maior percentagem de profissionalizados (66.9%).

Comparemos o que se passa nos grupos com mais de 2500 professores (ver quadro 2).

Estes números mostram claramente uma das especificidades do 1º grupo: metade dos professores não são profissionalizados mas, desses, a maioria (um pouco mais de 60%) não pode obter essa qualificação por falta de habilitação própria. No 8ºB, o outro grupo mais numeroso, também se verifica que metade dos professores não são profissionalizados mas perto de 70% desses professores têm habilitação própria. Neste aspecto, o 10ºA está numa situação extrema visto que a quase totalidade dos professores dispõe de habilitação própria.

1.3. Situação do 1º grupo do Secundário por distrito

O problema da (des)qualificação dos professores que leccionam Matemática no Ensino Secundário não se coloca da mesma forma nas várias regiões do país. Vejamos os números relativos a 1988/89 no conjunto das escolas secundárias e “C+S” dos vários distritos do continente (ver quadro 3).

Como se vê, existem diferenças abissais, sendo as situações extremas as de Coimbra (o distrito “mais rico” com quase 70% de professores profissionalizados) e de Beja (o distrito “mais pobre” onde mais de 80% dos professores de Matemática não têm habilitação própria). De notar que estes dados, como os anteriores, se referem apenas ao território do conti-

Quadro 2.
Grupos do Secundário

	Profissionalizados		Eventuais c/ habil. própria		Eventuais s/ habil. própria		Total N°
	N°	%	N°	%	N°	%	
1º	2788	50.8	1056	19.2	1645	30.0	5489
4ºA	1967	63.4	786	25.4	348	11.2	3101
8ºA	1233	41.8	1255	42.5	462	15.7	2950
8ºB	2883	49.1	2060	35.1	930	15.8	5873
9º	2266	54.9	1530	37.1	330	8.0	4126
10ºA	2051	54.0	1714	45.1	36	0.9	3801
11ºA	1105	40.8	1155	42.7	447	16.5	2707
11ºB	2329	66.9	605	17.4	546	15.7	3480

[Fonte: GEP, 1989]

Quadro 3.

1º Grupo por distrito

	Profissionalizados		Eventuais c/ habil. própria		Eventuais s/ habil. própria		Total N°
	N°	%	N°	%	N°	%	
Aveiro	210	65.4	62	19.3	49	15.3	321
Beja	13	16.9	2	2.6	62	80.5	77
Braga	163	49.1	96	28.9	73	22.0	332
Bragança	26	28.7	10	10.6	58	61.7	94
Castelo Branco	59	45.4	28	21.5	43	33.1	130
Coimbra	207	69.2	53	17.7	39	13.1	299
Évora	29	26.6	18	16.5	62	56.9	109
Faro	83	42.6	33	16.9	79	40.5	195
Guarda	49	51.6	12	12.6	34	35.8	95
Leiria	111	51.6	32	14.9	72	33.5	215
Lisboa	791	53.2	300	20.2	397	26.7	1488
Portalegre	21	32.3	8	12.3	36	55.4	65
Porto	541	63.6	181	21.3	129	15.2	851
Santarém	98	39.4	48	20.1	103	41.4	249
Setúbal	202	37.0	105	19.2	239	43.8	546
Viana do Castelo	49	49.5	21	21.2	29	29.3	99
Vila Real	41	33.6	21	17.2	60	49.2	122
Viseu	95	47.0	26	12.9	81	40.1	202
TOTAL	2788	50.8%	1056	19.2%	1645	30.0%	5489

[Fonte: GEP, 1989]

nente, não incluindo as Regiões Autónomas onde a situação, como bem se sabe, não é “brilhante”.

Algumas constatações:

- Apenas em 6 dos 18 distritos mais de 50% dos professores são profissionalizados — Coimbra, Aveiro, Porto, Lisboa, Leiria e Guarda (por ordem decrescente de “riqueza”).

- Em 7 dos 12 distritos restantes essa percentagem é mesmo inferior a 40% — Beja, Évora, Bragança, Portalegre, Vila Real, Setúbal e Santarém (por ordem decrescente de “pobreza”).

- Em metade dos distritos (9) mais de

40% dos professores não tem habilitação própria — os 7 anteriores e ainda Faro e Viseu.

- Apenas em 4 distritos a maioria dos professores eventuais tem habilitação própria — Coimbra, Aveiro, Porto e Braga.

1.4. Grau académico dos professores do 1º grupo do Secundário

Já se viu que um dos principais aspectos da desqualificação dos professores do 1º grupo do Ensino Secundário diz respeito ao facto de ser muito

elevada a percentagem daqueles que não possuem habilitação própria. Mas importa ver também qual é a situação do ponto de vista das habilitações académicas (números ainda relativos a 1988/89):

**Quadro 4.
Habilitações no 1º Grupo
do Secundário**

Profissionalizados:

Lic.	Bac.	Outro	Total
2263	525	—	2788

Eventuais com habilitação própria:

Lic.	Bac.	Outro	Total
513	543	—	1056

Eventuais sem habilitação própria:

Lic.	Bac.	Outro	Total
215	285	1145	1645

Totais:

Lic.	Bac.	Outro	Total
2991	1353	1145	5489

[Fonte: GEP, 1989]

Verificamos por estes dados que, de entre os 1645 professores que leccionam Matemática no Ensino Secundário sem para tal terem habilitação própria:

- 215 são licenciados (13.1%);
- 285 são bachareis (17.3%);
- em conjunto, 500 têm um grau académico de nível superior (30.4%);
- 1145 não têm um grau académico superior (69.6%).

Os 500 professores cuja licenciatura ou bacharelato não lhes dá habilitação própria para o 1º grupo representam 9.1% do total dos professores do grupo.

Por outro lado, os 1145 professores que não têm um grau superior representam 20.9% do total dos professores do 1º grupo.

1.5. Em resumo:

O 1º grupo do Ensino Secundário é, de facto, um grupo carenciado. Um dos aspectos importantes é o facto de apenas metade dos professores do grupo serem profissionalizados. No entanto, neste aspecto, o 1º grupo encontra-se numa situação média relativamente ao conjunto dos grupos. Os aspectos em que a situação do 1º grupo se distingue, pela

negativa, de todos os outros são:

- o maior número e a maior percentagem de professores sem habilitação própria (30%);
- o maior número e a maior percentagem de professores sem habilitação académica de nível superior (licenciatura ou bacharelato).

Considerando os 5489 professores que, em 1988/89, pertenciam ao 1º grupo das escolas secundárias e “C+S” do continente, verifica-se que: 50.8% são profissionalizados; 19.2% são eventuais com habilitação própria; 9.1% são eventuais sem habilitação própria embora possuindo um grau académico de nível superior; 20.9% são eventuais sem qualquer grau académico de nível superior.

Um outro aspecto significativo é o das desigualdades regionais. As situações extremas ocorrem nos distritos de Coimbra e Beja:

- Coimbra — 69.2% profissionalizados, 13.1% eventuais sem habilitação própria;
- Beja — 16.9% profissionalizados, 80.5% eventuais sem habilitação própria.

A situação é particularmente negativa nos distritos do sul e do interior.

2. A evolução na última década

Neste panorama, será útil ver quais são as possibilidades de se caminhar para uma evolução positiva nos próximos anos. No actual quadro — regime de habilitação própria e processos de profissionalização — essas possibilidades não parecem, infelizmente, ser muitas.

2.1. Evolução global registada no 1º grupo nos anos 80

Comparemos a situação registada em 1980/81 com a de 1988/89 (quadro 5):

**Quadro 5.
Evolução
do 1º grupo**

	Profissionalizados		Eventuais c/ habil. própria		Eventuais s/ habil. própria		Total N°
	N°	%	N°	%	N°	%	
1980/81	1546	50.8	448	14.7	1050	34.5	3044
1988/89	2788	50.8	1056	19.2	1645	30.0	5489

[Fontes: Abrantes & Ponte, 1982; GEP, 1989]

Não se pode dizer que a evolução tenha sido brilhante. A percentagem de profissionalizados é a mesma e a redução de 4.5% na percentagem de professores sem habilitação própria corresponde a um “progresso” que até poderá ser apenas aparente se o número de horários vagos tiver aumentado. De acordo com dados apresentados pela ESE de Setúbal (1990), relativos a 17/09/1990 (portanto no início do ano lectivo 1990/91) e abrangendo 27 das 39 escolas secundárias do distrito de Setúbal, verifica-se que, para um total de 356 horários de Matemática, havia naquela data: 160 professores profissionalizados; 45 professores não profissionalizados mas com habilitação própria (dos quais 14 “efectivos-provisórios”); 60 professores com habilitação suficiente; e... 91 horários vagos. Estes horários vagos corresponderão a alunos sem aulas de Matemática ou irão sendo ocupados por professores “desqualificados”. Em qualquer dos casos, haverá 151 (60+91) horários não atribuídos a professores com habilitação própria, o que representa 42.4% do total, enquanto a percentagem de profissionalizados será de 44.9% e a de outros professores com habilitação própria de 12.6%. Estes valores são coerentes com os que figuram no quadro 3, referentes a 1988/89 e englobando escolas secundárias e “C+S” (devendo notar-se que nestas últimas a percentagem de professores qualificados é, nos grupos do Ensino Secundário, sistematicamente inferior à média).

Mas ainda que o “progresso” atrás referido não seja aparente na totalidade, a evolução é muito lenta e não resistirá ao aumento de escolarização no futuro 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário — para os quais um estudo recente do GEP (1990) prevê um “déficit” global de 2841 professores de

Matemática no ano lectivo 1999/2000 — num total de 7136 horários previstos (5032 no 3º ciclo do Ensino Básico e 2104 no Ensino Secundário).

De resto, a estagnação das percentagens das várias categorias de professores não é um fenómeno típico do 1º grupo mas uma característica global do Ensino Secundário. De acordo com dados do GEP (1989), desde 1978/79 até 1988/89 as percentagens estabilizaram:

- Profissionalizados: 49.3% em 78/79; 49.9% em 88/89; variação máxima — entre 46.4% e 51.5%.

- Eventuais com habilitação própria: 32.9%; 35.4%; entre 32.8% e 39.1% (respectivamente).

- Eventuais sem habilitação própria: 17.0%; 14.7%; entre 11.9% e 17.0% (idem).

2.2. A profissionalização dos professores do 1º grupo

Vejamos, finalmente, o que se passa quanto à profissionalização dos professores do 1º grupo no Ensino Secundário.

Como se sabe, há basicamente duas vias para se obter o “estatuto” de professor profissionalizado: (a) uma licenciatura em Ensino da Matemática; (b) a profissionalização em serviço. A primeira, que é herdeira dos ramos educacionais e está a cargo de diversas Universidades, não “produz” um número de professores profissionalizados suficiente para alterar significativamente a percentagem global destes — veja-se o quadro 5. Apesar disso, foi durante muito tempo a via mais “produtiva”. Por exemplo, em Junho de 1982 — de acordo com Abrantes & Ponte (1982) — profissionalizaram-se 144 novos professores do 1º grupo, dos quais 86, ou seja 60%, por terem concluído a licenciatura (66 nos ramos educacionais em Lisboa, Porto e Coimbra e 20 nas então designadas “novas Universidades”) e apenas 58 (40%) por terem concluído a profissionalização em exercício (como então era chamada).

Mas a procura dos cursos universitários que conferem o grau de professor profissionalizado do 1º grupo não tem sido brilhante — e o mesmo se pode dizer em relação aos cursos que, pelo

menos, poderiam conferir habilitação própria. Em diversos casos têm sobrado vagas, como sucedeu por exemplo com o curso de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa onde o “numerus clausus” não chegou a ser preenchido em 1989/90. De acordo com dados do Gabinete Coordenador do Ingresso no Ensino Superior (1990), sobram vagas para a 2ª fase do concurso relativas aos cursos em Ensino da Matemática em quase todas as Universidades do país para o ano lectivo 1990/91.

Quanto à profissionalização em serviço, o progresso também não tem sido muito ao longo desta década. Hoje, os números são outros mas, qualitativamente, a situação não se alterou muito:

Quadro 6.
Profissionalização
no 1º grupo

	80/81		88/89	
	Nº	%	Nº	%
Professores c/ habil. própria	448	14.7	1056	19.2
Em formação	158	5.2	411	7.5
Outros	290	9.5	645	11.7

[Fontes: Abrantes & Ponte, 1982;
GEP, 1989]

Pode acrescentar-se que, uma vez mais, a situação é especialmente grave nos distritos mais carenciados: o número de candidatos a qualquer processo de profissionalização é aí muito baixo (por falta de habilitações) e, em geral, esse facto coincide com a inexistência ou fraca capacidade das Universidades.

2.3. Em resumo:

No 1º grupo do Ensino Secundário, o número de professores eventuais com habilitação própria representa uma minoria relativamente ao conjunto dos eventuais, pelo que nem a profissionalização massiva e rápida desses professores (se fosse possível) resolveria satisfatoria-

mente o problema. Ainda por cima, tem-se verificado que mesmo esse processo se revela difícil e lento.

O número de professores profissionalizados “produzidos” pelas Universidades não é suficiente e a baixa procura dos cursos correspondentes não augura uma grande evolução neste aspecto.

O panorama geral praticamente não se modificou, em termos percentuais, ao longo dos anos 80 e mesmo um eventual pequeno aumento percentual dos professores com habilitação própria não resistirá a um aumento de escolarização a curto prazo.

3. Discutir o problema e tomar medidas: urgente!

Perante o quadro atrás genericamente descrito e com as possibilidades de evolução também esboçadas, não é difícil concluir-se que são urgentes medidas que permitam abordar seriamente o problema da falta de professores qualificados para o 1º grupo do Ensino Secundário sob pena de caminharmos para uma degradação ainda maior da situação a curto/médio prazo.

Quando imaginamos possíveis “soluções” globais, somos tentados a considerar que será necessário apostar ao mesmo tempo em várias frentes. Por exemplo, não basta encontrar uma forma de profissionalizar rapidamente muitos professores com habilitação própria porque esse processo deixa de fora uma percentagem muito elevada de professores que a não têm (a maioria dos eventuais!) e que... são precisos. Será necessário “jogar” simultaneamente nos seguintes terrenos:

(a) Admitir a revisão do regime de habilitação própria do 1º grupo, pelo menos no que diz respeito ao 3º ciclo do Ensino Básico, alargando-a a cursos superiores que proporcionem uma formação significativa em Matemática — ainda que seja eventualmente necessário completar esta formação a par com a formação pedagógica.

(b) Apoiar, de todos os pontos de vista, as instituições do Ensino Superior na sua tarefa de conduzir os processos de profissionalização em serviço. No ano

lectivo de 1988/89, 645 professores com habilitação própria não estavam em formação, representando 11.8% do total e 61.1% do conjunto daqueles que tinham habilitação própria.

(c) Tomar medidas que prestigiem e apoiem os cursos superiores de Matemática e, em particular, as suas variantes de Ensino.

A hipótese (a) será possivelmente muito polémica mas a situação exige que a discutamos frontalmente. Ela abrangerá professores com uma formação académica “equivalente” mas que poderão estar actualmente em funções diferentes:

- professores que já estão a leccionar Matemática no Ensino Secundário — como vimos, havia (em 1988/89) 500 professores do 1º grupo sem habilitação própria que eram licenciados ou bachareis (9.1% do total) e presume-se que quase todos provêm de cursos que incluem disciplinas de Matemática visto que apenas 13 não tinham habilitação suficiente;

- professores que estão a leccionar outras disciplinas em grupos não carenciados;

- professores do 4º grupo do Ensino Preparatório;

- licenciados ou bachareis sem experiência como professores.

Para cada uma das situações será necessário discutir em pormenor a relevância da proposta e, se for caso disso, estudar também em pormenor os processos de formação/reconversão adequados. Por outro lado, na hipótese de se alargar este tipo de medida a actuais professores do 4º grupo do Ensino Preparatório, seria importante compensar uma tal hipótese com um incremento da formação inicial de professores de Matemática e Ciências para o 2º ciclo do Ensino Básico, tarefa para a qual as Escolas Superiores de Educação estão vocacionadas.

De qualquer modo, a reforma do sistema educativo tomaria sempre necessário que se repensasse a formação dos professores do 4º grupo do Ensino Preparatório, ao determinar que estes professores leccionem Matemática e Ciências, quando se sabe que actualmente muitos optam por uma das disciplinas. Por exemplo, um licenciado em Economia tem habilitação própria para o 4º grupo do

Ensino Preparatório mas é difícil defender que tem menos preparação para leccionar Matemática no 3º ciclo do Ensino Básico do que para leccionar Ciências em qualquer nível escolar, quando muito provavelmente deixou de estudar Ciências, como aluno, no 9º ano (ou no antigo 5º ano).

Quaisquer que sejam as medidas a adoptar há uma recomendação que talvez seja óbvia mas que parece fundamental fazer-se: devem ser cuidadosamente contempladas todas as componentes da formação — científica, educacional e de reflexão sobre a prática pedagógica.

Aquilo que se propõe, em suma, é que se discuta qual a formação (nas várias componentes) que um professor de Matemática deve ter e que, a partir daí, se estude onde se poderão encontrar esses professores e como se deverá orientar a respectiva formação.

Aquilo que não se propõe é que fechemos os olhos ao problema. Ou que lamentemos a situação, sugerindo (como por vezes se ouve de forma implícita ou explícita) que um professor de Matemática deveria obrigatoriamente ter um grau universitário num curso de... Matemática, sob pena de estar condenado a ser um professor “desqualificado”. Não é certamente por acaso que em nenhum país do mundo ter habilitações para leccionar Matemática equivale a possuir um tal grau, a não ser a partir de um certo nível de escolaridade — que não corresponde aos 10 e nem sequer, em geral, aos 12 anos de idade. Como aponta a ESE de Setúbal (1990), o que se verifica em países como a França e a Inglaterra (e outros) é precisamente a procura de formas adequadas de formar bons professores de Matemática, o que por vezes implica a “reconversão” profissional de diplomados em diversas áreas. No panorama português, defender que só os portadores de um grau superior num curso de Matemática devem leccionar esta disciplina no 3º ciclo do Ensino Básico (e até no 2º ciclo como por vezes se ouve) equivale a uma posição imobilista que contribui para perpetuar ou mesmo agravar a situação actual: milhares de alunos sem aulas de Matemática ou com professores de Matemática sem qualquer

tipo de formação.

Hoje, torna-se imperioso que discutamos abertamente o problema da falta de professores de Matemática e encaremos sem preconceitos as possíveis soluções. Mesmo imaginando que algumas delas são impopulares em certos meios, nomeadamente naqueles em que há tendência para encarar a formação do professor de Matemática de uma maneira “conservadora” e dogmática e com uma atitude, por vezes, “corporativa” em relação ao que se pensa serem os interesses dos graduados em Matemática.

Os nossos alunos merecem uma atitude responsável e realista da nossa parte. De resto, a questão chave deste problema não estará tanto no título que o professor de Matemática ostenta mas sim na formação que efectivamente possui ou que é possível proporcionar-lhe. Mas, afinal, isto também se aplica aos professores que frequentaram os cursos universitários de Matemática...

Documentos citados

Abrantes, P. & Ponte, J. (1982). Professores de Matemática: que formação? Em *Ensino da Matemática Anos 80*. Lisboa: SPM.

Escola Superior de Educação de Setúbal (1990). “Curso de complemento de habilitações para professores de Matemática” — documento/proposta.

Gabinete Coordenador do Ingresso no Ensino Superior (1990). Dados sobre o concurso nacional de acesso ao Ensino Superior.

GEP (1989). Inquérito estatístico relativo ao pessoal docente dos Ensinos Preparatório e Secundário — modalidade oficial (reproduzido pelo Conselho Nacional de Educação).

Paulo Abrantes
Faculdade de Ciências
Universidade de Lisboa